



Uma estratégia política para o governo

Autor: Sérgio Peixoto Mendes

O fim da CPMF comprometerá os serviços prestados à população mais pobre, este era o argumento central do governo federal para justificar a necessidade da continuidade da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira. Era um argumento verdadeiro? É agora? Como sobreviver sem os quase R\$. 40 bilhões previsto para ser arrecadado em 2008? É muito provável que o governo terá muita dificuldade em manter os seus atuais índices de aprovação, principalmente, junto à população brasileira menos favorecida, sem a previsão orçamentaria para suas principais ações no campo social. Mas isso implica em uma derrota política para o presidente Lula? Talvez, depende muito do ponto de vista e da estratégia a ser adotada daqui para adiante. A CPMF sustenta boa parte de uma plataforma política assistencialista, não temos dúvidas, e poderia garantir a permanência do atual governo no poder por mais um mandato. É óbvio que a oposição não poderia ceder, uma vez que uma nova chance de voltar a governar o país passava pelo enfraquecimento desse tipo de política do governo Lula. Entretanto, rejeitando a prorrogação da CPMF, a oposição necessitará agora justificar seu voto contrário à contribuição que permitiria – pelo menos no discurso – uma melhor distribuição de rendas e a minimização das desigualdades sociais. As classes menos favorecidas vão “pegar no pé” dos senadores que votaram contra a prorrogação e este será o ônus político da oposição daqui para frente. Se o governo souber aproveitar esta brecha poderá manter a simpatia da população menos abastada que, praticamente, não pagava a CPMF. Basta explorar este argumento nos palanques daqui por diante.

Em contrapartida a oposição melhora bastante seu prestígio junto às classes média e alta uma vez que optar pela redução da desigualdade, num modelo ao estilo *Robin Hood*, tirando um pouco dos ricos e dando aos pobres pode, de fato, não ser a melhor estratégia. Igualmente a oposição poderá retirar daí alguns dividendos, ou seja, benefícios políticos. A luta voltará a ser entre classes, não temos dúvidas e a história tende a se repetir. Entretanto, é ingênuo pensar que a Saúde, a Previdência e a erradicação da pobreza venham, num futuro próximo, ficar sem o respaldo orçamentário. A lógica diz que se não for a CPMF será outro imposto, disto também não temos dúvida. É, de fato, ingênuo pensar que o social ficará sem os devidos recursos. O PT não abrirá mão de sua política de massa e deve atacar em outros flancos. Uma possibilidade que se arma e que na prática poderá ser ainda mais caótica para o povo, consiste na opção do governo pelos cortes nos investimentos. A situação se complica e poderá ter desfechos nada agradáveis para boa parte da população. O momento exige que se pense de forma utilitária – como Jeremy Bentham - e faça-se o sacrifício de um pequeno interesse a um maior. A matemática é clara, não temos como subtrair de onde nada se tem, a menos que se opte pelo saldo negativo. E há que se considerar outro ponto de vista, igualmente forte ao primeiro apresentado pelo atual governo no início deste artigo, a minimização da desigualdade não deveria apenas ser uma atribuição do governo e sim uma incumbência do estado. Pronto! Está aí um bom argumento para o governo utilizar contra a oposição. Afinal, o governo tentou fazer a sua parte.

Sérgio Peixoto Mendes, é filósofo.
Contato: tell@philoterapia.com.br

